# PAREDES DE COURA
## (Rubiães)

O igreja de São Pedro de Rubiães está situada na freguesia homónima, a nordeste de Paredes de Coura, sede de concelho (distrito de Viana do Castelo), da qual dista 10 km. Saindo de Paredes de Coura pela N303, tome a EM514 até à N201. Um km depois encontra, à sua esquerda, junto à estrada, a igreja de São Pedro.

Implantada junto à via medieval que de Ponte de Lima seguia para Valença e Tui, a igreja paroquial de São Pedro de Rubiães situa-se num dos caminhos melhor conhecidos da rede viária do norte de Portugal. Esta via, bem documentada em todas as épocas, era também uma das mais utilizadas pelos peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela. O seu percurso seguia de perto o traçado romano, do qual se conservam importantes vestígios. No adro da igreja de Rubiães, um marco miliário, transformado em sepultura antropomórfica, testemunha a importante via romana que ligava Bracara Augusta a Astorga, da qual subsistem doze marcos miliários do século II d. C. no atual concelho de Paredes de Coura. A via atravessava o concelho, seguindo por Romarigães, Coura, Rubiães e Sapardos em direção a Valença e Tui. Em local próximo da igreja, na capela de São Bartolomeu de Antas, conservam-se seis marcos miliários, tendo sido dois exemplares utilizados para suporte do alpendre. Uma ara com capitel e base, dedicada aos deuses-manes, foi encontrada em 1905 na igreja de Rubiães, servindo de pilastra num lanço da escada de acesso à torre, que hoje se guarda no Museu Nacional de Arqueologia (MNA).

O *habitat* disperso, próprio de toda a região do Entre-Douro-e-Minho é, ainda hoje, muito rarefeito na freguesia de Rubiães. Composta por pequenos núcleos compactos, correspondentes a doze lugares, e por antigas honras e quintas, a paróquia mostra uma ocupação humana que testemunha um *habitat* arcaico. A igreja paroquial ergue-se em local isolado, como é habitual neste tipo de povoamento.

É muito escassa a documentação medieval sobre a igreja de São Pedro de Rubiães. A notícia documental mais antiga que se conhece consta de uma lista das igrejas do bispado de Tui situadas no território de Entre-Lima-e-Minho [1258-1259], cuja elaboração deve ser enquadrada no contexto das Inquirições de D. Afonso III (1258). Uma grande parte do atual concelho de Paredes de Coura pertencia ao antigo julgado de Fraião, (Valença) encabeçado pelo castelo homónimo, que se situa a cerca de 20 km a Noroeste de Rubiães. Em 1320, a paróquia estava sob a alçada do arcediagado de Cerveira. No registo da avaliação dos benefícios da comarca eclesiástica de Valença do Minho [1545-1546], Rubiães integrava a Terra de Coura, situação que se mantém na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo, cuja organização data de 1551, sobre a situação canónica dos benefícios eclesiásticos da Comarca de Valença do Minho.

O território onde se situa a igreja de São Pedro pertencera à diocese de Tui desde a organização eclesiástica do reino suevo definida no *Parochiale suevicum* (572-582). Esta dependência manter-se-ia até ao século XIV, muito embora a fronteira política já estivesse definida no reinado de D. Afonso Henriques. Em 1381, alguns cónegos da sé de Tui, discordantes da obediência ao papa de Avinhão, fixaram-se em Valença obtendo autorização papal para que o território adquirisse uma administração independente. Posteriormente anexado à sé de Ceuta, por bula de Eugénio IV de 1444, mais de direito do que de facto uma vez que a administração se manteve autónoma, apesar de aí permanecerem representantes do bispo, o território seria incorporado na arquidiocese de Braga por bula de Leão X, datada de 1513, no tempo do governo do Arcebispo D. Diogo de Sousa, situação que se manteve até à recente criação da diocese de Viana do Castelo em 1977. Os bispos de Tui e o respetivo cabido possuíam igrejas, mosteiros

e propriedades, que lhes pertenciam por doação condal e régia, no território que viria a configurar o reino de Portugal. Em 1125 várias igrejas foram doadas à diocese tudense pela condessa D. Teresa, facto que se repetiria com D. Afonso Henriques e com D. Sancho I. Todavia, também se verificava a posse de propriedades na Galiza por parte dos mosteiros situados na margem esquerda do rio Minho, como bem demonstra o domínio fundiário do mosteiro de Fiães (Melgaço).

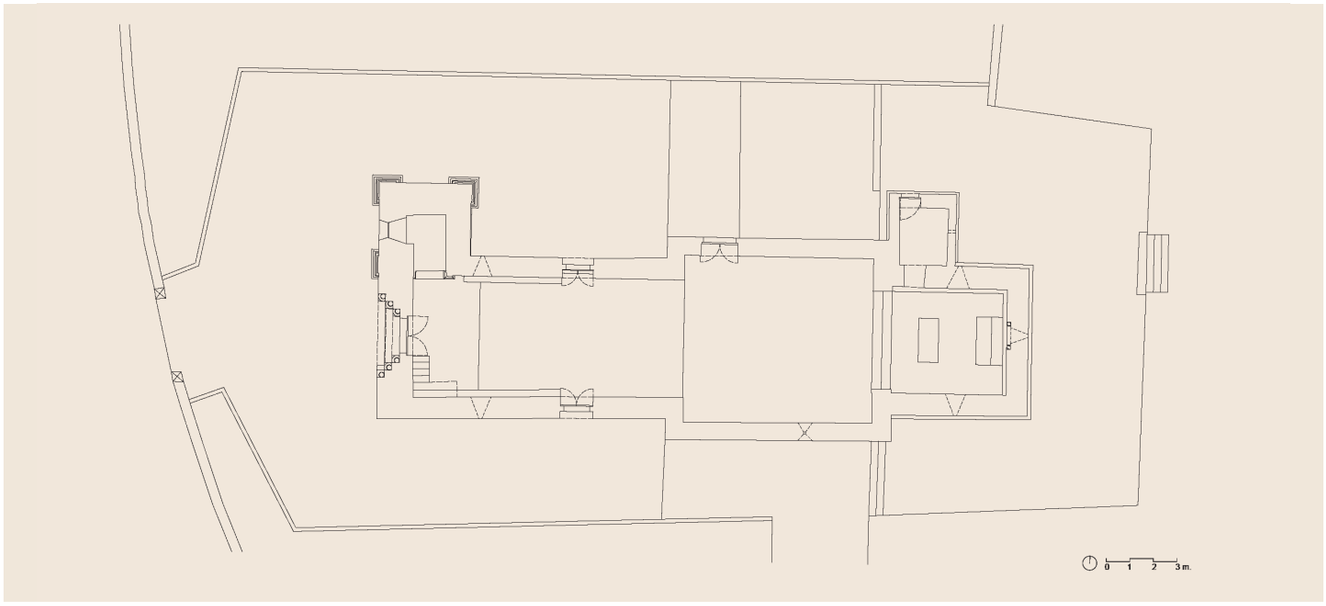
A pertença eclesiástica à diocese tudense durante oito séculos, bem como o facto de a região minhota se prolongar pela Galiza, formando ambas uma unidade ecológica indivisível, que mais se acentua nos territórios próximos das duas margens do rio Minho, deixou marcas profundas na arquitetura românica da região. A circulação de artistas e modelos e o facto de os arcediagos, administradores da sé de Tui em território português, terem responsabilidade na edificação e reedificação das igrejas, muito contribuiu para que as semelhanças entre a escultura da região tudense e da zona ocidental do Entre-Lima-e-Minho sejam evidentes, como cedo notou Manuel Monteiro, agrupando os templos portugueses da margem esquerda do Minho em dois núcleos, ligando-os ora à sé de Tui, ora à região de Orense. Depois desta primeira abordagem a proposta foi desenvolvida por vários autores que, ao longo do século XX, se dedicaram ao estudo destes templos.

## *Igreja de São Pedro*

A IGREJA DE SÃO PEDRO DE RUBIÃES é composta por uma cabeceira quadrangular e nave única, sendo ambas as parcelas cobertas por tetos de madeira. A ampliação da nave, no século XVI, levou à deslocação da cabeceira no sentido leste, embora a fresta da parede testeira e a cornija e cachorros indiciem que a sua forma não terá tido alterações profundas. A cabeceira é construída em granito e apresenta aparelho pseudo-isódomo. O alçado oriental, onde se rasga uma estreita fresta de alargamento interno, é rematado em duas águas apresentando, a cornija, uma decoração em enxaquetado. O alçado norte, parcialmente encoberto por uma pequena sacristia de época posterior, é coroado



*Perspetiva geral da igreja a partir de sudoeste*




*Planta*

*Alçado este*

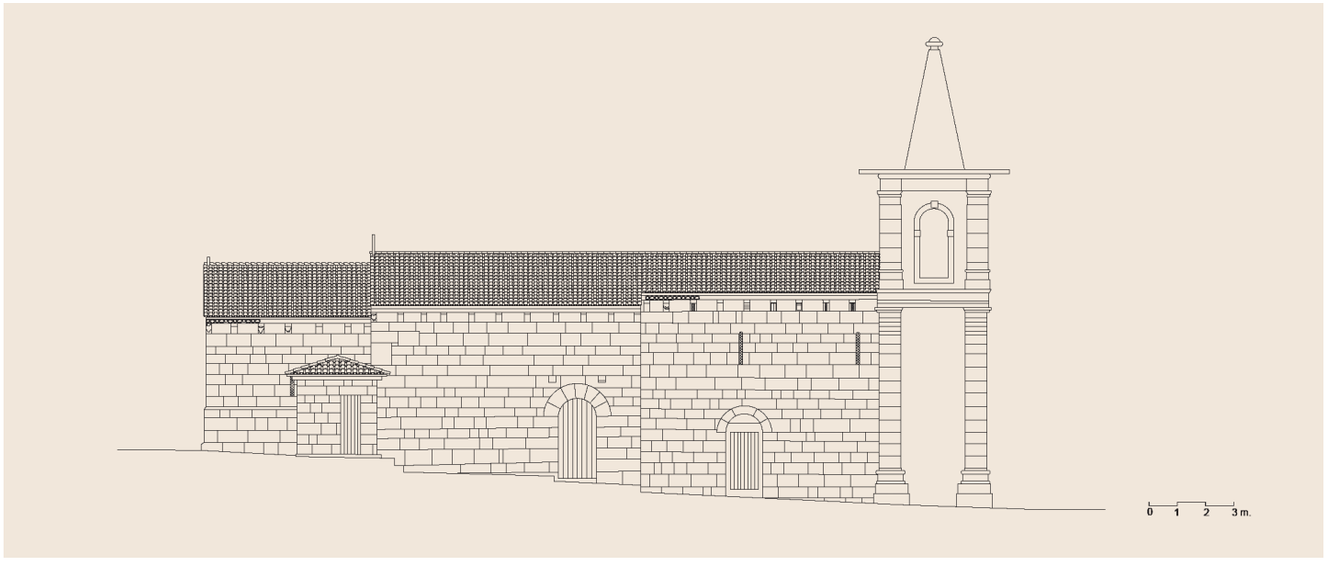


*Alçado oeste*




por cornija profunda sustentada por sete cachorros. Entre a cachorrada há peças que devem corresponder a épocas diferentes já que, ora apresentam escultura volumosa, ora se mostram mais estreitos e de decoração geométrica. No alçado sul, onde se abre uma pequena fresta, os cachorros, tanto pela forma como pela escultura que recebem, devem corresponder aos elementos mais antigos. Entre os sete exemplares destacam-se os que apresentam figuração: um personagem sentado, um outro que toca um dólio e uma cabeça de bovino. Os motivos esculpidos e o tipo de escultura volumosa e bem adaptada à forma do cachorro são semelhantes aos dos cachorros que se encontram nos mosteiros da ribeira Minho, como São Salvador de Ganfei, Sanfins Friestas (Valença) e São João de Longos Vales (Monção), embora em Rubiães pareçam mais tardios.

A parcela da nave que corresponde ao século XVI é mais larga do que a parcela original, sendo de realçar que tenham sido utilizados os tipos de construção e de alçados




*Alçado norte*

*Alçado sul. Cabeceira. Cachorros*



*Alçado norte. Nave*



próprios da arquitetura românica. Os alçados norte e sul são coroados por cornija, menos profunda do que a da cabeceira e da parcela da nave original. Na fachada norte abre-se um portal sem colunas e os cachorros são lisos, com exceção de um que mostra uma cabeça de bovino. A fachada sul mostra a mesma tipologia de cachorro e nela se abre uma fresta de alargamento externo e perfil retangular. Os alçados da parte românica da nave são compostos por portais sem colunas e de tímpano liso, duas pequenas frestas e cornijas com decoração de enxaquetado que se apoiam em cachorros de motivos geométricos, rolos e cabeças de animal. Na fachada principal destaca-se o portal e uma fresta com colunas. Ao lado norte encosta-se uma torre do século XVII. O portal é composto por três arquivoltas e arco envolvente com decoração de bilhetes. As aduelas não apresentam figuração nem qualquer outro motivo, destacando-se pela sua modinatura em toro/escócia. As arquivoltas apoiam-se em três pares de colunas com plintos e bases de alta escócia. Os capitéis mostram escultura volumosa e vegetalista no caso dos capitéis das primeiras e terceiras colunas e animalista, igualmente de acentuado relevo, nos capitéis médios. É exatamente nas

colunas médias que os fustes apresentam estátuas-coluna: Nossa Senhora do lado sul e o arcanjo Gabriel do lado norte. De cabeça coberta, a imagem de Nossa Senhora mostra as mãos com as palmas voltadas para o exterior em gesto de aceitação, como é comum na iconografia da Anunciação. O arcanjo, a escultura com maior desgaste, apresenta um livro na mão, barba, cabelos compridos e asas e ergue a sua mão direita cuja palma está voltada para o exterior.

O tímpano é relativamente recente e resulta de uma cópia do tímpano original, do qual se guardam três fragmentos no interior da torre. Entre estes fragmentos, um deles apresenta a escultura do *Pantocrator* e uma roseta do lado esquerdo, estando partido na zona à direita da mandorla. Os dois outros fragmentos faziam parte do lintel, decorado com um ramo vegetal, ondulante e com folhas.

Na cópia do tímpano, a peça superior é ocupada pela imagem do *Pantocrator*, cujo relevo é incipiente, sendo bem nítido que a mandorla está incompleta tanto na sua parte superior como na inferior. No lintel, e sob uma decoração de linha sinuosa, que se afasta do modelo vegetalista da peça original, consta uma epígrafe apócrifa lida por Mário Barroca:

M · C · C · V · C ·

Embora a leitura desta epígrafe não levante dúvidas já a sua interpretação é, segundo Mário Barroca, bem mais problemática. Segundo o mesmo autor devem ser consideradas duas hipóteses. A primeira consiste em considerar que "a inscrição original remontava a 1167 (Era 1205), devendo interpretar-se a cópia moderna como "[Era] MCCV C(onsacrata)"; a segunda, parte do princípio que a "inscrição original apresentava a Era de 1295 (A. D. 1257), talvez grafada na forma "MCC2XXXXV" que o autor da cópia corrigiu para "[Era] M CC V C"". Se a data de 1167 parece excessivamente recuada para as tipologias da escultura que a igreja apresenta, Mário Barroca considera que a interpretação mais plausível, embora não dissipe totalmente as dúvidas, será a segunda hipótese ou seja, da epígrafe original constaria a data de 1257. Recordemos que o documento mais antigo que refere a igreja de Rubiães data de 1258 ou 1259, o que se coaduna com uma possível sagração e/ou conclusão da igreja em 1257. Todavia, segundo C. A. Ferreira de Almeida, esta última data é demasiado tardia para "o estilo que a igreja patenteia" tendo considerado este autor que a obra corresponde à primeira metade do século

*Alçado oeste*



*Alçado oeste. Portal*






*Tímpano do portal oeste*



*Colunas do portal oeste*



*Interior. Cabeceira*

XIII estando, estilisticamente, na sequência das igrejas de Sanfins de Friestas e Longos Vales. Em publicação posterior, C. A. Ferreira de Almeida recuou a data da construção de Rubiães, situando-a no início do século XIII, dado que "a escultura dos seus primitivos cachorros e dos seus capitéis" é bem mais evoluída dos que os de Ganfei, sendo comparáveis aos do portal axial de Bravães (Ponte da Barca) que o autor data do último quartel do século XII.

A Anunciação do portal de Rubiães deve ser comparada com a que se apresenta no portal axial de São Salvador de Bravães. Do ponto de vista estilístico, estas duas obras estão muito próximas, embora em Bravães Nossa Senhora se apresente grávida, com a mão esquerda sobre o ventre, e o programa seja composto por uma maior quantidade e concentração de volumosa escultura.

O interior da igreja de Rubiães só apresenta escultura na fresta de topo da cabeceira, embora os temas aí esculpidos não sejam claros. O arco triunfal românico foi substituído por um arco sem qualquer decoração que datará da época em que a nave foi aumentada e a cabeceira foi deslocada para oriente, como já foi referido. No muro do arco triunfal, do lado do Evangelho, e na parede da nave que com ele faz ângulo, subsiste pintura mural que mostra vestígios de duas camadas. Na última camada, que deverá

datar do século XVII, enquadrados por arquitetura fingida e uma cartela, figuram Santo Antão e São Miguel Arcanjo.

Tanto os capitéis do portal axial de Rubiães, como alguns dos cachorros, apresentam escultura volumosa cujas caraterísticas plásticas bem como os temas iconográficos têm paralelos com três igrejas da margem esquerda do Minho: São Salvador de Ganfei, Sanfins de Friestas (Valença) e São João de Longos Vales (Monção). No caso destas igrejas, situadas na parte ocidental da margem esquerda do Minho, a semelhança com modelos oriundos de Santiago de Compostela ou da sé de Tui, e que muito se difundiram na província de Pontevedra, é muito evidente. Esta semelhança de modelos estende-se à parte sul do território de Entre-Lima-e-Minho, como testemunham a escultura das igrejas de Santa Maria de Ermelo (Arcos de Valdevez), São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo) e São Salvador de Bravães (Ponte da Barca) e a capela e São João Batista de Távora (Arcos de Valdevez). Muito embora o mosteiro de Bravães pertencesse à arquidiocese de Braga, a sua implantação junto ao rio Lima, na sua margem sul, terá favorecido a utilização de modelos do Alto Minho.

Contudo, as contaminações de modelos não se confinaram ao território sujeito à sé de Tui. A escultura da cabeceira de Rio Mau (Vila do Conde), capitéis que pertenceram à igreja de Amorim (Póvoa de Varzim) e um capitel de Águas Santas (Maia), entre outros exemplares, acusam temas e soluções semelhantes aos que a escultura do Alto Minho praticou. O facto de a maior parte destes elementos estar descontextualizada limita muito a sua análise, embora o tratamento das peças e a forma de as esculpir acusem afinidades com os modelos de origem galega. Todavia, a amplitude territorial da difusão destes modelos é muito vasta, como demonstra a escultura do portal axial da igreja transmontana de São Salvador de Ansiães (Carrazeda de Ansiães).

Apesar de se manterem algumas dúvidas quanto à cronologia dos três exemplares da margem esquerda do Minho acima referidos, supomos que a igreja de Ganfei é a mais antiga, podendo mesmo ser anterior à segunda fase da catedral de Tui. A sua solução arquitetónica e os modelos utilizados na escultura configuram uma datação que pode remontar aos meados do século XII. Já a igreja de Friestas e a cabeceira de Longos Vales, devem ter sido edificadas entre a segunda metade do século XII e o início do século XIII.

Muito embora a referência documental mais antiga sobre Rubiães date de 1258-1259, não sabemos se existe, ou existiu, documentação mais antiga. Todavia, e apesar de a escultura ser de clara influência do Vale do Minho, derivando de modelos difundidos a partir de meados do século XII, a igreja de Rubiães coloca várias interrogações, além das que já foram levantadas relativamente à data inscrita na cópia do tímpano românico. O facto de já não existir o arco triunfal românico e de os alçados dos portais laterais não apresentarem colunas ou arquivoltas, o que ou indicia uma reforma ou uma data muito tardia para estes elementos, reduz o campo de análise. Restam a escultura e arranjo do portal axial e da fresta da fachada principal, a fresta do topo da cabeceira e os cachorros que, como vimos, não correspondem todos à mesma época. Se os capitéis da fresta da cabeceira, apesar de o seu desgaste não permitir uma identificação rigorosa, não parecem seguir os modelos adotados nos capitéis do portal principal, os capitéis da fresta da fachada principal seguem modelos muito diversos. Não apresentam ábaco e sobre eles apoia-se um toro diédrico, modelo de origem limosina utilizado na sé do Porto, na igreja de Águas Santas (Maia) e na de Cabeça Santa (Penafiel), entre outros exemplares, cuja difusão se estende pelo século XIII.

Da igreja de Rubiães fica-nos a impressão de que as semelhanças com as igrejas do Vale do Minho são mais difusas do que aparentam numa primeira análise.

Texto: LCR - Fotos: MLB/MF/MS
Planos: MF/MS/NB (sobre EACR/RD)

*Bibliografia*

ALMEIDA, C.A.F., 1978a, I, pp. 202-2014; ALMEIDA C.A. F., 1986b, p. 59; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 92 e 96; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 349 (de 1257 (?); COSTA, A.J., 1983, pp. 72-8, 132-137 e 159; MNA (INV. n.º E-5208); MONTEIRO, M., 1980, pp. 135-154; REDENTOR, A., 2017, II, p. 179.